

ANEXO I

Município de Barão
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METAS ANUAIS - RPPS
 EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2020			2021			2022		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total RPPS	4.162.728,23	4.007.247,04	100,00	4.517.573,79	4.189.632,80	100,00	4.839.960,56	4.329.716,19	100,00
Receitas Primárias RPPS (I)	2.591.067,47	2.494.289,06	62,08	2.845.079,06	2.638.548,28	62,08	3.062.738,38	2.739.854,55	62,08
Despesa Total RPPS	4.162.728,23	4.007.247,04	100,00	4.517.573,79	4.189.632,80	100,00	4.839.960,56	4.329.716,19	100,00
Despesas Primárias RPPS (II)	4.162.728,23	4.007.247,04	100,00	4.517.573,79	4.189.632,80	100,00	4.839.960,56	4.329.716,19	100,00
Resultado Primário RPPS (I - II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
II)	- 1.571.860,75	- 1.512.957,98	96,28	- 1.672.494,73	- 1.551.084,52	96,28	- 1.777.222,17	- 1.589.861,63	96,28

Fonte: Sistema contábil, Unidade Responsável fazenda, Data da emissão 09/08/2019 e hora de emissão 11 horas.

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2020

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em		II-Metas Realizadas em		% PIB	% RCL	% PIB	% RCL	Variação	
	2018 (a)	2018 (b)	2018 (a)	2018 (b)					Valor (c) = (b-a)	(c/a) x 100
Receita Total	34.250.000,00	26.699.997,13	154,54%	26.699.997,13	120,47%	-	7.550.002,87	-22,04%		
Receita Primárias (I)	27.835.965,38	25.280.343,41	125,60%	25.280.343,41	114,06%	-	2.555.621,97	-9,18%		
Despesa Total	34.250.000,00	23.077.485,64	154,54%	23.077.485,64	104,13%	-	11.172.514,36	-32,62%		
Despesa Primárias (II)	33.872.686,56	22.499.459,70	152,83%	22.499.459,70	101,52%	-	11.373.226,86	-33,58%		
Resultado Primário (I-II)	-	6.036.721,18	-27,24%	2.780.883,71	12,55%	-	8.817.604,89	-146,07%		
Resultado Nominal	4.579.055,99	973.024,65	20,66%	973.024,65	4,39%	-	3.606.031,34	-78,75%		
Dívida Pública Consolidada	6.204.558,06	3.733.556,03	27,99%	3.733.556,03	16,85%	-	2.471.002,03	-39,83%		
Dívida Consolidada Líquida	4.579.055,99	1.023.828,63	20,66%	1.023.828,63	4,62%	-	3.555.227,36	-77,64%		

FONTE: Sistema contábil, Unidade Responsável fazenda, Data da emissão 12/08/2019 e hora de emissão 8 horas.

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2018), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2018 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$2.780.883,71, valor 146,07% superior à meta estabelecida, que era de R\$ -6.036.721,18. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 1.419.653,72 frustrando em 77,86% a projeção para o período de R\$ 6.414.034,62. As despesas não financeiras atingiram R\$ 578.025,94, estabelecendo-se 53,20% acima da previsão orçamentária.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho desfavorável apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas correntes, que apresentaram um déficit em relação ao valor consignado no orçamento. Destaca-se no exercício de 2018 o desempenho dos grupos de receita tributária, patrimonial e de transferências correntes.

A dívida consolidada totalizou R\$ 3.733.556,03, valor 60,18% inferior ao saldo de R\$ 6.204.558,06 estimado para o exercício. Tal comportamento é reflexo do aumento dos desembolsos da amortização da dívida.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2018, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida em R\$ 4.579.055,99. Contudo, os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida, atualizado em dezembro daquele ano era de R\$ 1.023.828,63.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2020

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO

VALORES A PREÇOS CORRENTES

	2017	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %
Receita Total	28.500.000,00	34.250.000,00	20,18%	41.450.000,00	21,02%	43.950.000,00	6,03%	36.485.888,75	-16,98%	38.669.162,09	5,98%
Receitas Primárias (I)	26.213.537,00	27.835.965,38	6,19%	29.085.000,00	4,49%	30.491.639,39	4,84%	32.748.860,59	7,40%	34.676.514,58	5,89%
Despesa Total	28.500.000,00	34.250.000,00	20,18%	41.450.000,00	21,02%	43.950.000,00	6,03%	36.485.888,75	-16,98%	38.669.162,09	5,98%
Despesas Primárias (II)	27.813.870,00	33.872.686,56	21,78%	39.260.289,04	15,91%	39.385.447,53	0,32%	28.365.790,14	-27,98%	29.508.323,86	4,03%
Resultado Primário (I – II)	- 1.600.333,00	- 6.036.721,18	277,22%	-10.175.289,04	68,56%	- 8.893.808,14	-12,59%	4.383.070,44	-149,28%	5.168.190,72	17,91%
Resultado Nominal	658.096,00	4.579.055,99	595,80%	623.734,22	-86,38%	- 7.513.727,08	-1304,64%	5.847.642,78	-177,83%	6.831.392,09	16,82%
Dívida Pública Consolidada	3.815.815,39	6.204.558,06	62,60%	13.488.074,00	117,39%	7.012.481,81	-48,01%	8.078.037,28	15,20%	9.526.197,70	17,93%
Dívida Consolidada Líquida	2.056.102,83	4.579.055,99	122,71%	11.583.945,76	152,98%	4.887.959,07	-57,80%	5.831.911,15	19,31%	7.434.605,33	27,48%

ESPECIFICAÇÃO

VALORES A PREÇOS CONSTANTES

	2017	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %
Receita Total	30.692.360,79	35.554.925,00	15,84%	41.450.000,00	16,58%	42.308.432,81	2,07%	33.837.294,80	-20,02%	34.592.533,37	2,23%
Receitas Primárias (I)	28.230.011,76	28.896.515,66	2,36%	29.085.000,00	0,65%	29.352.752,59	0,92%	30.371.546,04	3,47%	31.020.803,74	2,14%
Despesa Total	30.692.360,79	35.554.925,00	15,84%	41.450.000,00	16,58%	42.308.432,81	2,07%	33.837.294,80	-20,02%	34.592.533,37	2,23%
Despesas Primárias (II)	29.953.450,28	35.163.235,92	17,39%	39.260.289,04	11,65%	37.914.369,98	-3,43%	26.306.652,69	-30,62%	26.397.460,47	0,35%
Resultado Primário (I – II)	- 1.723.438,52	- 6.266.720,26	263,62%	-10.175.289,04	62,37%	- 8.561.617,38	-15,86%	4.064.893,35	-147,48%	4.623.343,26	13,74%
Resultado Nominal	708.720,00	4.753.518,02	570,72%	623.734,22	-86,88%	- 7.233.083,45	-1259,64%	5.423.149,05	-174,98%	6.111.204,54	12,69%
Dívida Pública Consolidada	4.109.346,76	6.440.951,72	56,74%	13.488.074,00	109,41%	6.750.560,08	-49,95%	7.491.634,11	10,98%	8.521.914,98	13,75%
Dívida Consolidada Líquida	2.214.268,42	4.753.518,02	114,68%	11.583.945,76	143,69%	4.705.389,94	-59,38%	5.408.559,41	14,94%	6.650.825,08	22,97%

Fonte: Sistema contábil, Unidade Responsável fazenda, Data da emissão 12/08/2019 e hora de emissão 11 horas e 15 min.

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2020), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2017, 2018 e 2019), bem como para os dois seguintes (2021 e 2022), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2017, 2018 e 2019 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.

Município de Barão
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	14.704.381,69	87,14%	13.452.432,65	91,49%	10.372.346,87	77,10%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	2.170.971,98	12,86%	1.251.949,04	8,51%	3.080.085,78	22,90%
TOTAL	16.875.353,67	100,00%	14.704.381,69	100,00%	13.452.432,65	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	58.956,23	3,07%	(313.599,61)	-531,92%	-	0,00%
Reservas		0,00%		0,00%	2.444.428,03	-779,47%
Lucros ou Prejuízos						
Acumulados	1.862.313,65	96,93%	372.555,84	631,92%	(2.758.027,64)	879,47%
TOTAL	1.921.269,88	100,00%	58.956,23	100,00%	(313.599,61)	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	14.763.337,92	78,54%	13.138.833,04	89,00%	10.372.346,87	78,94%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	2.444.428,03	18,60%
Resultado Acumulado	4.033.285,63	21,46%	1.624.504,88	11,00%	322.058,14	2,45%
TOTAL	18.796.623,55	100,00%	14.763.337,92	100,00%	13.138.833,04	100,00%

Fonte: Sistema contábil, Unidade Responsável fazenda, Data da emissão 12/08/2019 e hora de emissão 13 horas.

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2016, 2017 e 2018), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes

de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Nesse aspecto, cumpre destacar que, na linha "Resultado Acumulado", foram considerados os valores de ajustes de exercícios anteriores, os quais, apesar de não terem sido considerados na apuração do resultado do exercício, tiveram influência da variação do saldo do Patrimônio Líquido.

É preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei Federal nº 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei Federal nº 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 1135, está sobre a gestão do Fundo de Previdência Social do Município - FPSM, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2016 a 2018, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 13.138.833,04 em 31.12.2016 para R\$ 18.796.623,55 em 31.12.2018.

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2018 com superavit / déficit , cujo principal fator foi o RPPS.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2018	2017	2016
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2016			
RECEITAS DE CAPITAL			46.050,50
ALIENAÇÃO DE ATIVOS			27.000,00
Alienação de Bens Móveis	168.007,61	-	27.000,00
Alienação de Bens Imóveis	168.007,61	-	27.000,00
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	141,79	37,77	-
TOTAL	168.149,40	37,77	77.491,86

DESPESAS EXECUTADAS	2018	2017	2016
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			76.757,69
Investimentos	2.630,81	-	76.757,69
Inversões Financeiras	2.630,81	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.			
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
TOTAL	2.630,81	-	76.757,69
SALDO FINANCEIRO			
	166.290,53	771,94	734,17

Fonte: Sistema contábil, Unidade Responsável fazenda, Data da emissão 13/08/2019 e hora de emissão 9 horas.

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2016, 2017 e 2018).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente,

salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."



Município de Barão
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO

	2018	2017	2016
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00

Amortização de Empréstimos			0,00		0,00		0,00
Outras Receitas de Capital			0,00		0,00		0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIARIAS RPPS - (III) = (I + II)			0,00		0,00		0,00
DESPESAS PREVIDENCIARIAS - RPPS							
ADMINISTRAÇÃO (IV)							
Despesas Correntes			0,00		0,00		0,00
Despesas de Capital			0,00		0,00		0,00
PREVIDÊNCIA (V)							
Benefícios - Civil			0,00		0,00		0,00
Aposentadorias			0,00		0,00		0,00
Pensões			0,00		0,00		0,00
Outros Benefícios Previdenciários			0,00		0,00		0,00
Benefícios - Militar			0,00		0,00		0,00
Reformas			0,00		0,00		0,00
Pensões			0,00		0,00		0,00
Outros Benefícios Previdenciários			0,00		0,00		0,00
Outras Despesas Previdenciárias			0,00		0,00		0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			0,00		0,00		0,00
Demais Despesas Previdenciárias			0,00		0,00		0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIARIAS RPPS (VI) = (IV + V)			0,00		0,00		0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)			0,00		0,00		0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS							
VALOR			0,00		0,00		0,00
			0,00		0,00		0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS							
VALOR			0,00		0,00		0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO							
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			0,00		0,00		0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			0,00		0,00		0,00
Outros Aportes para o RPPS			0,00		0,00		0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			0,00		0,00		0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS							
Caixa e Equivalentes de Caixa			19.693,25		11.577,93		72.376,99
Investimentos e Aplicações			14.335.171,65		12.315.319,91		9.707.933,20
Outro Bens e Direitos			-		-		-

PLANO FINANCEIRO

	2018	2017	2016
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
RECEITAS CORRENTES (VIII)			
Receita de Contribuições dos Segurados	3.425.893,40	3.716.186,16	3.119.656,04
Civil	546.558,80	580.623,40	526.648,86
Ativo	546.558,80	580.623,40	526.648,86
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	740.339,08	1.314.319,50	1.072.268,43
Civil	740.339,08	1.314.319,50	1.072.268,43
Ativo	740.339,08	1.314.319,50	1.072.268,43
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial	329.359,24	285.860,03	253.686,26
Receitas Imobiliárias	1.030.313,38	1.777.962,10	1.191.934,08
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços	1.030.313,38	1.777.962,10	1.191.934,08
Outras Receitas Correntes	779.322,98	357.421,13	75.118,41
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	183.076,75	357.421,13	75.118,41
Demais Receitas Correntes	596.246,23	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)	3.425.893,48	3.716.186,16	2.230.928,19
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
ADMINISTRAÇÃO (XI)			
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	1.600,00	0,00
PREVIDÊNCIA (XII)			
	0,00	1.183.335,06	1.066.570,95

Benefícios - Civil	0,00	1.183.335,06	1.066.570,95
Aposentadorias	1.177.348,70	990.407,82	865.977,34
Pensões	127.027,38	125.268,67	116.971,34
Outros Benefícios Previdenciários	87.335,59	67.658,57	83.622,27
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	10.062,17	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	10.062,17	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + X)	1.391.711,67	1.194.997,23	1.066.570,95

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)	2.034.181,81	2.053.085,09	1.333.060,74
--	---------------------	---------------------	---------------------

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO	2018	2017	2016
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	596.246,23	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DO RÉGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

EXERCÍCIO	Receitas	Despesas	Resultado	Saldo Financeiro
2018	3.471.015,23	1.398.328,66	2.072.686,57	14.498.265,72
2019	3.528.171,42	1.598.876,39	1.929.295,03	16.427.560,75
2020	4.808.836,08	1.795.621,12	3.013.214,96	19.440.775,71
2021	5.098.877,10	2.013.504,58	3.085.372,52	22.526.148,23
2022	5.383.625,90	2.113.832,19	3.269.793,71	25.795.941,94
2023	5.699.127,69	2.330.961,10	3.368.166,59	29.164.108,53
2024	6.044.785,74	2.671.795,11	3.372.990,63	32.537.099,16
2025	6.179.808,52	2.882.808,06	3.297.000,46	35.834.099,62
2026	6.342.881,23	3.085.836,70	3.257.044,53	39.091.144,15
2027	6.665.571,64	3.213.861,79	3.451.709,85	42.542.854,00
2028	7.004.708,24	3.345.773,54	3.658.934,70	46.201.788,70
2029	7.378.268,04	3.566.959,45	3.811.308,59	50.013.097,29
2030	7.753.720,43	3.725.287,54	4.028.432,89	54.041.530,18
2031	8.124.753,06	3.782.838,90	4.341.914,16	58.383.444,34
2032	8.527.928,47	3.886.453,84	4.641.474,63	63.024.918,97
2033	8.975.556,56	4.085.013,54	4.890.543,02	67.915.461,99
2034	9.492.429,11	4.478.280,21	5.014.148,90	72.929.610,89
2035	10.059.676,56	5.000.038,28	5.059.638,28	77.989.249,17
2036	10.641.904,93	5.522.156,35	5.119.748,58	83.108.997,75

2037	11.161.288,31	5.763.390,43	5.397.897,38	88.506.895,63
2038	11.780.024,68	6.266.968,40	5.513.156,28	94.020.051,91
2039	12.360.544,78	6.580.260,58	5.780.284,20	99.800.336,11
2040	13.007.483,57	7.029.982,72	5.977.500,85	105.777.836,96
2041	13.588.920,73	7.203.994,96	6.384.925,77	112.162.762,73
2042	14.201.588,71	7.382.155,69	6.819.433,02	118.982.195,75
2043	14.942.958,38	7.845.884,79	7.097.073,59	126.079.269,34
2044	15.677.561,04	8.210.430,18	7.467.130,96	133.546.400,20
2045	16.350.517,77	8.316.100,98	8.034.416,79	141.580.816,99
2046	13.374.833,53	8.399.896,08	4.974.937,45	146.555.754,44
2047	12.800.895,89	8.422.813,82	4.378.082,07	150.933.836,51
2048	13.174.630,03	8.753.892,21	4.420.737,82	155.354.574,33
2049	13.546.324,31	9.055.696,45	4.490.627,86	159.845.202,19
2050	13.932.409,47	9.406.002,43	4.526.407,04	164.371.609,23
2051	14.323.617,25	9.766.698,37	4.556.918,88	168.928.528,11
2052	14.706.928,12	10.070.818,22	4.636.109,90	173.564.638,01
2053	15.102.581,86	10.409.407,30	4.693.174,56	178.257.812,57
2054	15.499.450,76	10.730.776,28	4.768.674,48	183.026.487,05

FONTE: Sistema contábil, Unidade Responsável fazenda. Emissão: 14/08/2019, às 09 horas. Elaborado pela Gestor em em 23/04/2019.

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Segundo a Portaria MPS 464/2018, o equilíbrio financeiro representa a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações dos RPPS, em cada exercício financeiro; ou seja, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios por ele assegurados.

O equilíbrio atuarial, por sua vez, representa a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo, devendo as alíquotas de contribuição do sistema ser definidas a partir do cálculo atuarial que leve em consideração uma série de critérios, como a expectativa de vida dos segurados e o valor dos benefícios de responsabilidade do respectivo RPPS, segundo a sua legislação.

Nesse contexto, os dados acima apresentados tiveram em como base:

a) o Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RGF) - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no último bimestre dos exercícios de 2016, 2017

2018.

e zulo, e

b) o Anexo 10 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência, publicado no último bimestre dos exercícios de 2016, 2017 e 2018.

Os valores informados na linha "Bens e Direitos do RPPS", correspondem ao saldo das disponibilidades financeiras e investimentos do RPPS, representado pelas disponibilidades em Caixa e Equivalentes de Caixa, Investimentos e Aplicações e outros bens e direitos, de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

atrindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desonerando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de iptu para os aposentados de baixa renda. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que tem objetivos econômicos e sociais.

O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infralegal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 165, § 6º, estabelece o controle sobre as renúncias de receita, com o nítido objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LRF estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas pelos arts. 13, 57 e 59 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medida de compensação prevista no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Conseqüentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas pelo aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2020

EVENTO	Valor Previsto 2020
AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)	R\$ 1,00
Aumento Permanente da Receita	
Decorrente de Receitas Tributárias	
Decorrente de Transferências Correntes	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Impacto de Novas DOCC	
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	
Relativas a Outras Despesas Correntes	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	-

Fonte:

Declaramos para os devidos fins, que a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, no exercício financeiro de 2020, adequar-se-ão às receitas do Município.



Município de Barão
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)	R\$ 1,00
EVENTO	Valor Previsto 2020
Aumento Permanente da Receita	
Decorrente de Receitas Tributárias	
Decorrente de Transferências Correntes	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Impacto de Novas DOCC	
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	
Relativas a Outras Despesas Correntes	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	
Fonte:	-

Declaramos para os devidos fins, que a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, no exercício financeiro de 2020, adequar-se-ão às receitas do Município.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)	R\$ 1,00
EVENTO	Valor Previsto 2020
Aumento Permanente da Receita	2.314.291,29
Decorrente de Receitas Tributárias	(32.840,71)
Decorrente de Transferências Correntes	2.347.131,99
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(417.755,68)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.896.535,61
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	1.896.535,61
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	1.402.798,54
Novas DOCC	1.402.798,54
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	778.183,15
Relativas a Outras Despesas Correntes	624.615,39
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	493.737,06

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2020 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2019-2020

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2020, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2019-2020 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 16 da LDO.



Município de Barão
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2020

EVENTO	Valor Previsto 2020
AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)	R\$ 1,00
Aumento Permanente da Receita	
Decorrente de Receitas Tributárias	
Decorrente de Transferências Correntes	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Impacto de Novas DOCC	
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	
Relativas a Outras Despesas Correntes	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	

Fonte:

Declaramos para os devidos fins, que a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, no exercício financeiro de 2020, adequar-se-ão às receitas do Município.

